

ANTECEDENTES/HISTÓRICO DO CURSO

A proposta de estruturação de um processo de capacitação de agentes para o trabalho de acompanhamento e assessoria mais sistemática aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento rural sustentável no Espírito Santo está fundamentada em avaliações apresentadas pelas organizações governamentais e não governamentais que identificam diversas insuficiências e fragilidades na atuação desses organismos.

De forma geral, constata-se que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) possibilitou aos municípios vivenciarem experiências pioneiras de discussão, planejamento e de intervenção na elaboração de políticas públicas na área rural. Porém, estas experiências poderiam ser ainda mais qualificadas e efetivas caso os membros dos Conselhos, nas diversas localidades, tivessem um espaço para debater seu papel e contassem com uma assessoria sistemática que os ajudasse a avaliar o seu trabalho e discutir como potencializá-lo.

Em pesquisa realizada em 2001, encomendada pelo Pronaf, os principais problemas apontados, não só no Espírito Santo, mas nos outros três estados pesquisados, referem-se a uma atuação muito vulnerável dos conselheiros às manipulações políticas. Esta vulnerabilidade é explicada pelo desconhecimento por parte de muitos conselheiros, principalmente dos representantes da sociedade civil, dos vários aspectos da legislação, de uma pouca compreensão do papel desses conselhos e das diversas tarefas que lhes são atribuídas, resultando em uma acentuada dependência das prefeituras municipais. Verifica-se, ainda, uma participação tímida dos representantes dos agricultores familiares e as capacitações até então realizadas se deram de forma descontínua e assistemática.

Muitos conselhos foram constituídos tendo como perspectiva o recebimento dos recursos do Pronaf. Para muitos deles não foi possível um processo rigoroso de debate de seu papel e atribuições, ficando os conselheiros, de forma geral, atuando com muita boa vontade, mas sem a orientação devida frente aos diversos desafios experimentados no cotidiano deste trabalho.

Decorre deste quadro a necessidade de se estabelecer uma política de reorganização e capacitação destes conselhos que proporcione aos seus membros melhores condições de atuação e represente um suporte efetivo para este trabalho, de extrema importância no processo de democratização do debate das políticas públicas no meio rural e de gestão compartilhada da coisa pública.

Foi a partir deste quadro de análise que se estruturou, em parceria com a Secretaria Executiva do Pronaf, a Seag e a Fetaes o Curso de Capacitação de Agentes em Desenvolvimento Local Sustentável.

O CURSO

O curso é uma atividade do Projeto DLS-ES e se desenvolveu em cinco módulos, no período de maio a novembro de 2004, com carga horária total de 140 horas. Uma turma com 22 técnicos/lideranças de 18 municípios do estado foi estruturada, tendo sido priorizada a participação dos municípios que compõem os territórios em processo de implantação: Caparaó e Pólo Colatina.

Os temas discutidos no processo de capacitação foram os seguintes: Desenvolvimento Sustentável e Territoriali-

dade; Estado e Participação Popular; Conselhos Municipais de Desenvolvimento – Papel, Funcionamento e Organização, Principais Dificuldades e Desafios; Metodologias de Planejamento, Avaliação e Monitoramento; e Elaboração dos Planos Municipais e Territoriais de Desenvolvimento.

OBJETIVO

O curso foi organizado com o objetivo de promover a capacitação de agentes para atuar em atividades de qualificação e acompanhamento técnico aos conselhos municipais e territoriais de desenvolvimento rural sustentável e também junto a outras organizações.

Espera-se que esses agentes possam contribuir para o desenvolvimento de atividades como:

- Apoio ao fortalecimento institucional dos conselhos;
- Assessoria na elaboração e execução dos planos municipais e territoriais numa perspectiva participativa;
- Desenvolvimento de atividades de capacitação dos conselheiros e das conselheiras municipais;
- Fomento à articulação e intervenção dos agricultores familiares no processo de elaboração das políticas públicas locais.

ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO

PARTICIPANTES

No processo de seleção foi dada prioridade para participantes dos territórios do Caparaó e Pólo Colatina. Esta prioridade estava assentada na preocupação com a não dispersão da ação do programa e a importância de se fortalecer processos em curso para que funcionem posteriormente como referência.

Os dois territórios em implantação são formados pelos seguintes municípios:

Território do Caparaó - Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Muniz Freire, Alegre, Guaçuí, Divino São Lourenço, Dolores do Rio Preto e São José do Calçado.

Território Pólo Colatina – Colatina, Mantenópolis, Alto Rio Novo, Pancas, Governador Lindenberg, Marilândia, São Roque do Canaã, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra e Baixo Guandu.

SENSIBILIZAÇÃO

A fim de garantir o alcance dos objetivos definidos para o programa e um maior envolvimento das diversas organizações foi realizada uma etapa de sensibilização que consistiu na apresentação e debate da proposta do curso com os diversos segmentos interessados, já que os técnicos/agentes a serem capacitados deverão atuar diretamente com esse público.

Assim realizou-se:

- Reuniões com o secretário executivo do Pronaf para detalhamento do programa;
- Apresentação do curso para técnicos do Incaper;
- Duas reuniões, uma no Território do Caparaó e outra no Pólo Colatina, para apresentação do curso para os conselhos/municípios desses territórios;
- Apresentação da proposta do curso para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).

METODOLOGIA

Acredita-se que a aprendizagem é algo dinâmico e permanente. Ela acontece em diversos espaços e tempos. Assim, com o Curso de Capacitação de Agentes pretende-se não um processo acabado, mas que sirva, principalmente, para despertar nos participantes questões, perguntas e curiosidades e que reforce neles o interesse pelo estudo, pela pesquisa e a convicção de que é possível aprender sempre. Todo o fazer humano é educativo e coloca-se como uma possibilidade de aprendizagem. É isto que se buscou destacar durante o curso.

De forma geral, foi desenvolvida uma estratégia formativa que procurou valorizar o conhecimento trazido pelo participante, buscando socializá-lo, problematizá-lo e aprofundá-lo. Para isto, foram combinadas diversas técnicas nas atividades presenciais e não presenciais como: trabalho individual e em grupo, apresentação interativa, leituras, sistematização, realização de exercícios a partir de questões concretas do cotidiano dos conselhos municipais e territoriais de desenvolvimento sustentável, entre outras.